

MINISTÉRIO DA FAZENDA
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE
SEGUNDA CAMARA

PROCESSO Nº : 10283.001132/94.46
SESSÃO DE : 04 de Dezembro de 1995.
ACÓRDÃO Nº : 302-33.199
RECURSO Nº : 117.300
RECORRENTE : MURATA DA AMAZÔNIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO
LTDA.
RECORRIDA : ALF-PORTO DE MANAUS/AM

- Zona Franca de Manaus.
- Conferência Física de Mercadoria.
- Verificado em exame físico e confirmado por laudo técnico que a mercadoria submetida a despacho aduaneiro não corresponde à declarada na G.I. e na D.I, resta configurada a importação ao desamparo de Guia de Importação, não cabendo o benefício da suspensão previsto no Decreto 61.244/67, que regulamentou o Decreto-lei nº 288/67 e criou a SUFRAMA, aplicando-se o tratamento tributário dado a uma importação normal, realizada sem G.I, exigindo-se os impostos e multas pertinentes.
- Recurso negado

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

ACORDAM os Membros da Segunda Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, em rejeitar a preliminar de cerceamento do direito de defesa; no mérito, por maioria de votos, foram mantidas as exigências dos tributos e os juros moratórios, vencidos os Conselheiros Paulo Roberto Cuco Antunes e Ricardo Luz de Barros Barreto, e pelo voto de qualidade, foram mantidas as penalidades, vencidos os Conselheiros Elizabeth Maria Violatto (relatora), Ricardo Luz de Barros Barreto e Paulo Roberto Cuco Antunes. Designada para redigir o Acórdão a Conselheira Elizabeth Emílio de Moraes Chieriegatto, na forma do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

Brasília-DF, em 04 de Dezembro de 1995.

Elizabeth Emílio de Moraes Chieriegatto

ELIZABETH EMÍLIO DE MORAES CHIEREGATTO
PRESIDENTE e RELATORA DESIGNADA

PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL

VISTA EM

10 OUT 1996

Luiz Fernando Chieriegatto de Moraes
Procurador da Fazenda Nacional

Participaram, ainda, do presente julgamento, os seguintes Conselheiros: HENRIQUE PRADO MEGDA e ANTENOR DE BARROS LEITE FILHO. Ausentes os Conselheiros UBALDO CAMPELLO NETO e LUIS ANTONIO FLORA.

MF - TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES-SEGUNDA CAMARA
 RECURSO NR. 117.300
 ACORDAO NR. 302-33.199
 RECORRENTE: MURATA DA AMAZONIA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA.
 RECORRIDA : ALF. PORTO DE MANAUS/AM
 RELATORA : ELIZABETH MARIA VIOLATTO
 REL.DESIG : ELIZABETH EMILIO DE MORAES CHIEREGATTI

R E L A T O R I O

Em ato de conferência física das mercadorias submetidas a despacho aduaneiro através da DI nr. 020.819/93, a fiscalização constatou que aquelas declaradas nas adições 002 e 005 encontravam-se no mesmo estágio de industrialização e formação da mercadoria desembaraçada pela DI nr. 018381/93 (adição 004), de interesse da mesma empresa Murata da Amazônia Indústria e Comércio Ltda, para a qual havia sido solicitado laudo técnico, visando esclarecer o estágio da industrialização que apresentava o produto, ou seja, se o mesmo já se apresentava acabado ou estava semi-elaborado, estando ou não em desacordo com o declarado na DI.

Por tal, a mercadoria foi desembaraçada mediante a assinatura de Termo de Responsabilidade, vinculando a homologação do despacho ao resultado do laudo técnico, conforme disposto na IN-SRF nr. 106/83.

Tendo o técnico habilitado afirmado que a amostra coletada (DI nr. 018381/93) correspondia a um "Filtro Cerâmico Seletivo de Faixa Passante" acabado, pronto para exercer a sua função, e que o produto não correspondia à descrição dada pelo importador na Declaração de Importação, pela qual tratava-se de "partes e peças para produção de filtro seletivo de faixa passante", melhor dizendo, que a mercadoria declarada referia-se a um produto semi-elaborado enquanto que a efetivamente importada era um produto pronto, ficou configurada a importação ao desamparo de guia de importação ou documento equivalente, não cabendo o benefício de suspensão previsto no Decreto 61244/67.

Foi em decorrência lavrado Auto de Infração para exigir da importadora o recolhimento dos impostos e multas devidos.

O enquadramento legal para a lavratura do citado Auto foi baseado no art. 1o., inciso I, do Decreto nr. 205/91; art. 4o., inciso I, da Lei nr. 8.218/91; inciso II do art. 364 do RIPI e inciso II do art. 526 do RA.

Tendo o representante legal da autuada se recuado a tomar ciência do Auto lavrado, foi exarado o Termo de Declaração, através do qual o contribuinte foi considerado intimado a recolher o crédito tributário apurado ou a impugnar a exigência.

A importadora apresentou impugnação tempestiva, alegando, em síntese, que:

- 1) o Auto de Infração baseia-se em laudo técnico no qual o perito afirmou que o produto importado corresponde a um "Filtro Cerâmico Seletivo de Faixa Passante", acabado, pronto para exercer a

a sua função, portanto em desacordo com a descrição dada na D.I. No caso, ocorreu o cerceamento do direito de defesa, posto que não foi estendido à empresa o direito de apresentar o seu laudo com a indicação de perito e a formulação de quesitos, consoante o prescrito no art. 16, inciso IV do Processo Administrativo Fiscal.

2) o laudo é inexpressivo, parcial e conclusivo. O dever do perito é responder aos quesitos e não concluir, pois o mesmo não é um julgador, mas simples informante, tanto que o julgador pode desprezar o laudo e agir de acordo com sua própria convicção.

3) o laudo é pobre, não diz nada; tem por objeto apenas o de proteger a Alfândega da Receita Federal quando, sem nenhuma alegação, se apressa em dizer que se trata de um produto acabado.

4) apresenta laudo técnico elaborado por um perito da empresa, demonstrando o processo produtivo básico.

5) o enquadramento legal não corresponde à verdade dos autos, seja porque não ocorre a hipótese vislumbrada pela Fiscalização, seja porque não se trata de produto acabado e, conseqüentemente, não ocorre a importação irregular.

6) Finaliza protestando pela prova pericial, conforme o art. 16, inciso IV, do Processo Administrativo Fiscal para que, finalmente, seja julgada improcedente a ação fiscal.

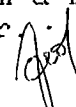
Para que fosse dada continuidade ao processo administrativo de que se trata, a repartição fiscal solicitou ao contribuinte o envio da Resolução da Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA - que aprovou o processo produtivo básico do produto "Filtro Cerâmico", bem como o respectivo Parecer Técnico.

Tais documentos foram acostados aos autos.

Em decisão de 1ª instância, o Delegado da Receita Federal de Julgamento de Manaus julgou procedente o Auto de Infração lavrado, fundamentando-se, basicamente, no seguinte aprovado:

1) Não cabe o argumento de cerceamento de direito de defesa pois o art. 16, inciso IV, do Processo Administrativo Fiscal, do qual a empresa procurou se socorrer, trata da impugnação. O que ocorreu foi a lavratura do Auto de Infração, após o resultado do laudo técnico solicitado pelo fiscal atuante, com o objetivo de ajudar a formar sua convicção sobre a mercadoria desembaraçada, como prevê o art. 449 do Regulamento Aduaneiro. O referido laudo técnico serve, também, para comprovar o ilícito, conforme preceitua o art. 90., do Decreto nr. 70235/72, que dispõe sobre o Processo Administrativo Fiscal, com a redação dada pela lei nr. 8.748/93.

2) A própria atuada argumenta que o dever do perito é responder aos quesitos, já que é um simples informante, contradizendo-se quando alega que o laudo do perito é parcial, inexpressivo pobre e conclusivo. Como pode ser verificado o laudo apresentado apenas responde às questões formuladas pela alfândega, com a maior objetividade possível, com o que o perito cumpriu o seu dever.



3) Em sua impugnação, a interessada apresenta laudo técnico elaborado, infringindo o art. 16, inciso IV, do Processo Administrativo Fiscal, uma vez que, segundo este artigo, na impugnação deveria ter sido mencionada apenas sua pretensão de efetuar perícia, expondo os motivos, formulando quesitos e indicando nome, endereço e qualificação do perito.

Ao apresentar na impugnação não um pedido, mas um laudo totalmente concluído, a autuada antecipou-se, com o que é de se considerar não formulados o pedido de perícia. Por outro lado, o laudo efetuado pela autuada não responde a quesitos formulados, contrariando toda a jurisprudência, como alega a própria autuada, já que o dever do perito é responder a quesitos. Citado laudo detalha o processo produtivo do filtro cerâmico, que a empresa julga ser o vigente a cumprir. Assim, o documento apresentado pela interessada pode ser admitido como subsídio para suas alegações, mas não como laudo técnico.

4) Quanto ao Processo Produtivo, o Decreto 783/93, anexo, I item XI, estabelece o processo produtivo básico do produto "filtro de banda passante". Dessa forma, de acordo com o próprio laudo técnico e fotografias apresentadas pela empresa, verifica-se que esta vem descumprindo a legislação, ao importar o produto com os terminais soldados ao elemento pré-elétrico e a marcação das cores já efetuadas.

Acrescente-se a isto que em outubro de 1986, o Conselho de Administração da SUFRAMA aprovou a produção do filtro cerâmico, cujo processo produtivo também tinha como uma das etapas, a soldagem dos terminais e, como outra, a marcação da cor.

O fato de a empresa ter proposto à SUFRAMA, em maio de 1993, um outro processo produtivo, contrário ao estabelecido pelo Decreto 783/93, não exime sua responsabilidade pela importação irregular constatada pela Alfândega, mesmo porque, até o momento da lavratura do Auto, não foi fixado em portaria Ministerial ou em Ato do Conselho Administrativo da SUFRAMA, um outro processo produtivo básico, nos termos em que foi proposto pela empresa. A SUFRAMA, através de Parecer Técnico de Acompanhamento, não pode autorizar o processo produtivo proposto pela empresa, uma vez que sua definição só pode ser fixada pelo Conselho de Administração da SUFRAMA ou em Portaria Ministerial.

5) E, portanto, de se considerar a importação irregular, ao desamparo de guia de importação, não cabendo o benefício da suspensão prevista no Decreto nr. 61244/67, tornando-se exigível ao imposto de importação e sobre produtos industrializados, bem como as multas previstas nos arts. 526, II, do Decreto 91030/85, 364, II, do Decreto 87981/82 e 4o., I, da Lei 8.218/91, conforme consta no Auto de Infração.

Regularmente notificada e intimada, a autuada interpôs recurso tempestivo a este Conselho de Contribuintes, insistindo em todas as razões constantes da peça impugnatória, especialmente em que:

1) O laudo apresentado pelo perito nomeado pela reparação mais parece um bilhete do que um documento da importância que lhe deu a Alfândega. É falho, defeituoso parcial e conclusivo quando assume o perito a figura do próprio julgador.

2) um laudo deve dar as explicações necessárias para que seu leitor saiba o que é um "filtro cerâmico seletivo", deve dar as suas características, mostrar sua finalidade e, acima de tudo, o que se contém no produto acabado.

3) um laudo deve dar condições às partes, e principalmente, ao julgador, para decidir a questão de forma justa, com observância da lei.

4) no laudo da Alfândega nada existe, salvo o apressamento em dizer que o produto é acabado.

5) a impugnante alegou o cerceamento do direito de defesa pois não lhe foi dado o direito de indicar assistente técnico e formular quesitos.

6) ficou claro no Auto de Infração que o ponto da questão é a afirmação de que os produtos chegaram acabados, Não restando outro caminho à empresa senão o de protestar pela prova pericial.

7) o laudo apresentado pela empresa se inicia com a nomeação das etapas a que é submetido o produto desde quando entra na fábrica até que fica pronto para ser entregue aos consumidores, ou seja, desde sua seleção quanto à característica elétrica, quando são separados manualmente, passando pelo teste da frequência central e aplicação das cores estabelecidas em função da frequência, pela curvatura das hastes; para a qual existe um aparelho específico sem o qual o produto não pode ser utilizado, pela, inspeção e, finalmente, embalagem.

A indicação de todas as etapas pelas quais passa o produto não deixa dúvidas de que o mesmo não é acabado, desmentindo o que contém na Decisão.

8) Sem justificativa plausível, o exame pericial requerido pela empresa com base no art. 16, inc. IV, do Processo Administrativo Fiscal, foi negado, o que por si só feita a perícia técnica onde figurem ambos os lados, com a formulação de quesitos e tudo com a maior transparência.

9) Junta a empresa cópia xerox da decisão na ação declaratória, processo 901045-4, da 2a., Vara Federal, referente aos incentivos fiscais e à isenção prevista no Decreto-Lei nr. 288/67 com relação a bens de informática industrializados na Zona Franca de Manaus.

Argumenta que a sentença transcrita, independentemente dos produtos, mas desde que aprovado o projeto da empresa, ampara esta última em relação ao direito aos incentivos fiscais (DL 288/67), ou seja, aos favores da isenção dos impostos, tanto do II como do IPI.

10) Finaliza aguardando que seja feita justiça.

E o relatório:



RECURSO Nº : 117.300
ACÓRDÃO Nº : 302-33.199

VOTO VENCEDOR

Peço vênia para reprimir o voto que proferi com referência ao recurso nº 117.299, acórdão nº 302-33.154, que diverge apenas do voto da relatora original, deste processo, na matéria relativa às penalidades aplicadas.

Preliminarmente, alega a recorrente cerceamento de direito de defesa, pois não lhe foi dado o direito de indicar assistente técnico e de formular quesitos, quando do pedido de exame pericial da amostra retirada pela fiscalização, referente à DI nº 18.381/93 (adições 003/004).

Não posso acatar tal preliminar pois, no caso de que se trata, a fiscalização apenas solicitou assistência técnica quando da conferência aduaneira, com o objetivo de obter subsídios que lhe permitissem identificar a mercadoria importada nos aspectos referentes a sua natureza, composição, finalidade, etc, conforme preceitua o artigo 449 do Regulamento Aduaneiro.

Naquele momento, ainda não havia se instaurado a fase litigiosa do procedimento, que ocorre apenas quando da impugnação da exigência pelo sujeito passivo, de acordo com o disposto no art. 14 do Decreto nº 70.235, de 06/03/1972.

O art. 16, inciso IV, do citado Decreto, trata das “diligências que o impugnante (grifo do relator) pretenda sejam efetuadas, expostos os motivos que as justifiquem”. Portanto, o mesmo só socorreria a importadora após esta estar revestida das características de impugnante, ou seja, após ter a mesma apresentado sua impugnação à ação fiscal.

O parágrafo único do art. 17 do mesmo Decreto nº 70.235/72 determina que “o sujeito passivo apresentará os pontos de discordância e as razões e provas que tiver e indicará, no caso de perícia, o nome e endereço de seu perito.” O “caput” deste artigo, por sua vez, indica que “a autoridade preparadora determinará, de ofício ou a requerimento do sujeito passivo, a realização de diligências, inclusive perícias, quando entendê-las necessárias, indeferindo as que considerar prescindíveis ou impraticáveis”.

Conclui-se, portanto, que a perícia deverá ser solicitada pelo sujeito passivo quando da impugnação, devendo o mesmo apresentar seus pontos de discordância em relação aos fatos apontados no Auto de Infração, com a apresentação do nome e endereço de seu perito. Apenas no caso de indeferimento do pedido de perícia, sem justificativa por parte da autoridade competente, é que poderia a impugnante alegar cerceamento do direito de defesa, nunca na fase anterior à instauração do litígio ou quando desta instauração.

Emil

RECURSO Nº : 117.300
ACÓRDÃO Nº : 302-33.199

No mérito, o recurso em pauta versa sobre 04 matérias, especificamente, sobre o próprio laudo que embasou a lavratura do Auto de Infração, sobre o “laudo” apresentado pela interessada, sobre o Parecer Técnico nº 018/94 SAPA/DEPRO/DIPI (SUFRAMA), em relação ao processo produtivo básico do produto sob litígio e sobre o direito aos incentivos fiscais estabelecidos pelo DL 288/67.

Em relação ao laudo apresentado pelo perito nomeado pela repartição aduaneira, alega a recorrente ser ele falho, defeituoso, parcial e conclusivo. Afirma ainda a interessada que o perito, ao concluir sobre o produto analisado, assumiu a figura do próprio julgador. Argumenta que o laudo deve dar as explicações necessárias para posicionar o leitor em relação ao produto de que trata, dando suas características, finalidade e conteúdo.

Na verdade, quando da solicitação do exame pericial da amostra colhida, a fiscalização propôs três (03) quesitos, conforme pode ser verificado às fls. 157 dos autos, os quais foram respondidos objetivamente pelo técnico credenciado, o que pode ser constatado às fls. 158. Não assumiu este a figura de “ julgador”, apenas apontou o resultado do exame que realizou, cumprindo, assim, seu dever.

A empresa, por sua vez, ao apresentar a impugnação à ação fiscal, protestou pela prova pericial, sem contudo indicar claramente seus pontos de discordância em relação ao apurado, nem tampouco nome e endereço de seu perito. Sequer formulou quesitos a serem respondidos no caso do deferimento da perícia. Desta maneira, é de se considerar não formulado o pedido de perícia, vez que a interessada não atendeu ao disposto no inciso IV do artigo 16 do Decreto 70.235/72.

Outrossim, o laudo apresentado pela interessada apenas pode ser aceito como subsídio a suas alegações, pois basicamente detalha o processo produtivo do produto sob litígio, sem responder a qualquer quesito.

Cabe ressaltar que, no caso, como a própria recorrente afirma às fls 169 dos autos, o “ponto nodal da questão é a afirmação de que os produtos chegaram acabados”. O documento apresentado pela empresa deveria se restringir a este aspecto, ao invés de detalhar o processo produtivo do filtro cerâmico e o manual de trabalho aplicado em dita produção. Citado documento não logrou demonstrar que o produto submetido a despacho aduaneiro é ou não acabado.

Ainda em relação ao documento apresentado pela interessada, insiste a mesma que ele se inicia com a nomeação das etapas a que é submetido o produto, desde seu recebimento na fábrica até sua entrega aos consumidores.

EMILIA

RECURSO Nº : 117.300
ACÓRDÃO Nº : 302-33.199

Contudo, o processo produtivo descrito neste documento não obedece àquele estabelecido para o produto "filtros de banda passante", pelo Decreto nº 783, de 25/03/93, em seu item IX do anexo I, ou seja:

" IX: Filtros de Banda Passante:

- a) preparação dos terminais metálicos ("leaads");
- b) soldagem do elemento pré-elétrico com os terminais e folha de silicone;
- c) revestimento, selagem da caixa e identificação."

Note-se que a DI de que trata o processo em análise foi registrada em 29/10/93, ou seja, após a publicação do Decreto acima citado.

Tal fato prova que a empresa vem descumprindo a legislação, como bem expôs a autoridade julgadora em sua Decisão, ao importar o produto com os terminais soldados ao elemento pré-elétrico e a marcação da cor já efetuada, conforme foi verificado pela análise da amostra retirada quando do desembaraço da mercadoria e pode, ainda, ser constatado pelas fotografias às fls. 35.

Por outro lado, o Parecer Técnico de Acompanhamento nº 018/94, SAP/DEPRO/DIPI (SUFRAMA), às fls 141, ao apresentar o "histórico" do processo produtivo do produto "filtro cerâmico encapsulado em resina" indica que, em 10/86, o Conselho de Administração da SUFRAMA aprovou o projeto de implantação da empresa Murata Amazônia Indústria e Comércio Ltda, para a produção de componentes eletrônicos, dentre eles dois modelos de filtro/ cerâmico de 10,7 KHz, descrevendo o processo produtivo dos citados produtos, registrado em Parecer Técnico. Neste processo produtivo estavam compreendidas as etapas "soldagem dos terminais no elemento piezoelétrico", "preparação para revestimento e respectivo revestimento" e " marcação em cor (tolerância)", entre outras.

Como consta dos autos, pelo menos duas das etapas citadas não estão sendo obedecidas/desenvolvidas pela recorrente.

Esclarece ainda o Parecer Técnico nº 018/94 que, com o advento da Lei nº 8.387, de 30/12/91, a empresa encaminhou à SUFRAMA expediente, datado em 05/05/93, requerendo anuência de um novo processo produtivo para o produto filtro de banda passante, tipo cerâmico encapsulado em resina.

Considerando os méritos da proposta da empresa, a SUFRAMA encaminhou minuta da Portaria aos Ministérios da Indústria, Comércio e Turismo e

EMLA

RECURSO Nº : 117.300
ACÓRDÃO Nº : 302-33.199

Ciência e Tecnologia, cujo teor é compatível com o requerimento do supracitado expediente da empresa, e durante este período de análise, a SUFRAMA liberou normalmente Pedidos de Guias de Importação para o referido produto.

Em complementação ao "histórico" apresentado, informa ademais que, em 18/10/93 a Superintendência da SUFRAMA informou à Receita Federal as razões para a não aplicação da legislação em relação ao produto de que se trata, bem como comunicou o envio aos Ministérios competentes da prefalada minuta de Portaria.

O Parecer Técnico nº 018/94 concluiu que, com base na documentação constante do processo da empresa, em nenhum momento a SUFRAMA proibiu a prática do processo produtivo proposto pela mesma, sugerindo que fosse comunicado à Inspetoria da Receita Federal a anuência provisória concedida pela autarquia ao processo produtivo proposto pela empresa, a partir de maio de 1993, até que seja definido pelo Poder Executivo, através de Portaria Interministerial, ou por deliberação do Conselho de Administração da SUFRAMA.

Às fls. 144/149 consta a Resolução nº 245/86, do Conselho de Administração da SUFRAMA, que aprovou o projeto industrial da empresa Murata Amazônia Indústria e Comércio Ltda na Zona Franca de Manaus, estabelecendo as condições a serem cumpridas pela mesma, sob pena de cancelamento ou suspensão dos benefícios concedidos com base no Decreto-lei nº 288/67 e Decreto - lei 1435/75.

Dentre estas condições, encontra-se a que se refere aos índices mínimos de nacionalização a ser praticado em relação aos produtos especificados (fls. 147), entre os quais estão os filtros cerâmicos.

Pelos documentos citados, verifica-se que o Conselho de Administração da SUFRAMA aprovou, em 10/86, a produção do filtro cerâmico segundo um determinado processo produtivo que não tem sido cumprido; em 25/03/93, o Decreto nº 783 estabeleceu o processo produtivo básico do produto "filtro de banda passante", o qual também não está sendo cumprido. O fato de a empresa ter proposto à SUFRAMA, em maio de 93, um outro processo produtivo não exime, efetivamente, sua responsabilidade pela importação irregular constatada pela alfândega.

Note-se que a SUFRAMA não pode autorizar, através de Parecer Técnico de Acompanhamento, o processo produtivo proposto pela empresa, uma vez que a definição do mesmo só pode ser fixada pelo Conselho de Administração da SUFRAMA (DL 288/67, art. 7º, com a redação dada pela Lei nº 8.387/91, art. 1º/art. 7º, § 6º) ou em Portaria Interministerial (arts. 5º e 6º do Decreto 783/93).

Emilia

RECURSO Nº : 117.300
ACÓRDÃO Nº : 302-33.199

Até o momento em que o Auto foi lavrado, não foi fixado em Portaria Ministerial ou em Ato do Conselho Administrativo da SUFRAMA, um outro processo produtivo básico para o produto sob lide, nos termos em que foi proposto pela empresa.

É de se estranhar, inclusive, ter sido informado à Receita Federal, através do Ofício nº 1070/93 GAB.SUP., as razões para a não aplicação da legislação, no caso do produto “filtro de banda passante”, bem como a recomendação, pelos técnicos da SUFRAMA, de que fosse comunicado à Inspeção da Receita a anuência provisória (grifo do relator) concedida pela autarquia ao processo produtivo proposto pela empresa,..., até que seja definido pelo Poder Executivo, através de Portaria Interministerial, ou por deliberação do Conselho de Administração da SUFRAMA (fls. 142).

Surpreende, ainda, o fato de uma firma, instalada desde 1986 (data em que seu projeto industrial foi aprovado por Resolução da SUFRAMA) não ter ainda obtido a aprovação do processo produtivo que propôs para o produto “filtro de faixa passante”.

Extraordinário, outrossim, que a recorrente não tenha trazido aos autos Break Down ou DCR referentes ao citado produto que poderiam provar que o mesmo, efetivamente, apresentava-se não acabado quando da importação.

Singular, finalmente, que a anuência provisória ao processo produtivo proposto pelas empresas, dada pela SUFRAMA em 18/10/93, com vigência a partir de maio de 93, persista até, pelo menos, abril de 1.994.

No que se refere à Decisão da 2ª Vara Federal na ação declaratória, processo nº 90.1045-4 (fls 170/174), alega a recorrente que a sentença transcrita, independentemente dos produtos, comprova que a empresa tem direito aos incentivos fiscais (DL 288/67), ou seja, aos favores da isenção do II e do IPI, desde que tenha seu projeto aprovado pela SUFRAMA.

Ora, no caso a SUFRAMA aprovou o projeto industrial de implantação da empresa MURATA AMAZÔNIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA através da Resolução nº 245/86, como já citado, estabelecendo uma série de condicionantes a serem cumpridas, sob pena de cancelamento ou suspensão dos benefícios concedidos, inclusive com referência aos índices de nacionalização e lista de insumos (break down) relativos a cada modelo de produto que integra a linha de fabricação da citada empresa.

Emilia

RECURSO Nº : 117.300
ACÓRDÃO Nº : 302-33.199

A recorrente, contudo, não cumpriu a legislação, no que se refere ao processo produtivo básico estabelecido originalmente, como já foi por nós exaustivamente constatado.

Não há, portanto, como se socorrer da Decisão acostada aos autos, referente ao processo nº 901045-4, da 2ª Vara Federal.

Por todo o exposto e considerando que a mercadoria submetida a despacho está em desacordo com o declarado na DI/GI, com base no laudo técnico nº 11/93, é de se concluir que a importação foi efetivada ao desamparo de Guia de Importação, não cabendo, assim o benefício da suspensão previsto no Decreto nº 61.244/67, sujeitando o importador ao recolhimento dos impostos devidos (II e IPI) e das multas pertinentes.

Conheço, assim, o recurso por tempestivo para, no mérito, negar-lhe provimento.

Sala das Sessões em 04 de Dezembro de 1995



ELIZABETH EMÍLIO DE MORAES CHIEREGATTO - RELATORA

V O T O

Tendo em vista que o presente processo guarda plena identidade com os autos do Recurso 117.299, peço vênias à ilustre Conselheira Elizabeth Emilio de Moraes Chieregatto, para adotar, parte do voto proferido naquele recurso:

" Preliminarmente, alega a recorrente cerceamento do direito de defesa, pois não lhe foi dado o direito de indicar assistente técnico e de formular quesitos, quando do pedido de exame pericial da amostra retirada pela fiscalização, referente à DI nr. 18381/93 (adições 003/004).

Não posso acatar tal preliminar pois, no caso de que se trata, a fiscalização apenas solicitou assistência técnica quando da conferência aduaneira, com o objetivo de obter subsídios que lhe permitissem identificar a mercadoria importada nos aspectos referentes a sua natureza, composição, finalidade, etc, conforme preceitua o artigo 449 do Regulamento Aduaneiro.

Naquele momento, ainda não havia se instaurado a fase litigiosa do procedimento, que ocorre apenas quando da impugnação da exigência pelo sujeito passivo, de acordo com o disposto no art. 14 do Decreto nr. 70235, de 06.03.1972.

O art. 16, inciso IV, do citado Decreto, trata das "diligências que o impugnante (grifo do relator) pretenda sejam efetuadas, expostos os motivos que as justifiquem". Portanto, o mesmo só socorreria a importadora após esta estar revestida das características da impugnante, ou seja, após ter a mesma apresentado sua impugnação à ação fiscal.

O parágrafo único do art. 17 do mesmo Decreto nr. 70235/72 determina que "o sujeito passivo apresentará os pontos de discordância e as razões e provas que tiver e indicará, no caso de perícia, o nome e endereço de seu perito." O "caput" deste artigo, por sua vez, indica que "a autoridade preparadora determinará, de ofício ou a requerimento do sujeito passivo, a realização de diligência, inclusive perícias, quando entendê-las necessárias, indeferindo as que considerar prescindíveis ou impraticáveis".

Conclui-se, portanto, que a perícia deverá ser solicitada pelo sujeito passivo quando da impugnação, devendo o mesmo apresentar seus pontos de discordância em relação aos fatos apontados no Auto de Infração, com a apresentação do nome e endereço de seu perito. Apenas no caso de indeferimento do pedido de perícia, sem justificativa por parte da autoridade competente, é que poderia a impugnante alegar cerceamento do direito de defesa, nunca na fase anterior à instauração do litígio ou quando desta instauração.



No mérito, o recurso em pauta versa sobre 04 matérias, especificamente, sobre o próprio laudo que embasou a lavratura do Auto de Infração, sobre o "laudo" apresentado pela interessada, sobre o Parecer Técnico nr. 018/94 SAPA/DEPRO/DIPI (SUFRAMA) em relação ao processo produtivo básico do produto sob litígio e sobre o direito aos incentivos fiscais estabelecidos pelo DL 288/67.

Em relação ao laudo apresentado pelo perito nomeado pela repartição aduaneira, alega a recorrente ser ele falho, defeituoso, parcial e conclusivo. Afirma ainda a interessada que o perito, ao concluir sobre o produto analisado, assumiu a figura do próprio julgador. Argumenta que o laudo deve dar as explicações necessárias para posicionar o leitor em relação ao produto de que trata, dando suas características, finalidade e conteúdo.

Na verdade, quando da solicitação do exame pericial da amostra colhida, a fiscalização propôs tres (3) quesitos, conforme pode ser verificado às fls. 157 dos autos, os quais foram respondidos objetivamente pelo técnico credenciado, o que pode ser constatado às fls. 158. Não assumiu este a figura de "julgador", apenas apontou o resultado do exame que realizou, cumprindo, assim, seu dever.

A empresa, por sua vez, ao apresentar a impugnação à ação fiscal, protestou pela prova pericial, sem contudo indicar claramente seus pontos de discordância em relação ao apurado, nem tampouco nome e endereço de seu perito. Sequer formulou quesitos a serem respondidos no caso do deferimento da perícia. Desta maneira, é de se considerar não formulado o pedido de perícia, vez que a interessada não atendeu ao artigo 16 do Decreto 70235/72.

Outrossim, o laudo apresentado pela interessada apenas pode ser aceito como subsídio a suas alegações, pois basicamente detalha o processo produtivo do produto sob litígio, sem responder a qualquer quesito.

Cabe ressaltar que, no caso, como a própria recorrente afirma às fls. 169 dos autos, o "ponto nodal da questão é a afirmação de que os produtos chegaram acabados". O documento apresentado pela empresa deveria se restringir a este aspecto, ao invés de detalhar o processo produtivo do filtro cerâmico e manual de trabalho aplicado em dita produção. Citado documento não logrou demonstrar que o produto submetido a despacho aduaneiro é ou não acabado.

Ainda em relação ao documento apresentado pela interessada, insiste a mesma que ele se inicia com a nomeação das etapas a que é submetido o produto, desde seu recebimento na fábrica até sua entrega aos consumidores.

Contudo, o processo produtivo descrito neste documento não obedece àquele estabelecido para o produto "filtros de banda passante", pelo Decreto nr. 783, de 25.03.93, em seu item IV do Anexo I, ou seja:



"XI: Filtros de Banda Passante:

- a) preparação dos terminais matálicos ("laudos");
- b) soldagem de elemento pré-elétrico com os terminais e folha de silicone;
- e) revestimento, selagem da caixa e identificação."

Note-se que a DI de que trata o processo em análise foi registrada em 29/10/93, ou seja, após a publicação do Decreto acima citado.

Tal fato prova que a empresa vem descumprindo a legislação, como expôs a autoridade julgadora em sua Decisão, ao importar o produto com os terminais soldados ao elemento pré-elétrico e a marcação da cor já efetuada, conforme foi verificado pela análise da amostra retirada quando do desembaraço da mercadoria e pode, ainda, ser constatado pela fotografias às fls. 35.

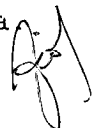
Por outro lado, o Parecer Técnico de Acompanhamento nr. 018/94, SAP/DEPRO/DIPI (SUFRAMA), às fls. 141, ao apresentar o "histórico" do processo produtivo do produto "filtro ceramico encapsulado em resina" indicou que, em 10/86, o Conselho de Administração da SUFRAMA aprovou o projeto de implantação da empresa Murata Amazônia Indústria e Comércio Ltda, para a produção de componentes eletrônicos, dentre eles dois modelos de filtros/ cerâmico de 10,7 khz, descrevendo o processo produtivo dos citados produtos, registrado em Parecer Técnico. Neste processo produtivo estavam compreendidas as etapas "soldagem dos terminais no elemento piezoelétrico", "preparação para revestimento e respectivo revestimento", "marcação em cor (tolerância)", entre outras.

Como consta dos autos, pelo menos duas das etapas citadas não estão sendo obedecidas/desenvolvidas pela recorrente.

Esclarece ainda o Parecer Técnico nr. 018/94 que, com o advento da Lei nr. 8387, de 30/12/91, a empresa encaminhou à SUFRAMA expediente, datado de 05.05.93, requerendo anuência de "um" novo processo produtivo para o produto filtro de banda passante, tipo cerâmico encapsulado em resina.

Considerando os méritos da proposta da empresa, a SUFRAMA encaminhou minuta da Portaria aos Ministérios da Indústria, Comércio e Turismo e Ciência e Tecnologia, cujo teor é compatível com o requerimento do supracitado expediente da empresa, e durante este período de análise, a SUFRAMA liberou normalmente Pedidos de Guia de Importação para o referido produto.

Em complementação ao "histórico" apresentado, informa ademais que, em 18.10.93. a Superintendência da SUFRAMA informou à Receita Federal as razões para a não aplicação da legislação em relação ao produto de que se trata, bem como comunicou o envio aos Ministérios competentes da prefalada minuta de Portaria.



O Parecer Técnico nr. 018/94 concluiu que, com base na documentação constante do processo da empresa, em nenhum momento a SUFRAMA proibiu a prática do processo produtivo proposto pela mesma, sugerindo que fosse comunicado à Inspetoria da Receita Federal a anuência provisória concedida pela autarquia ao processo produtivo proposto pela empresa, a partir de maio de 1993, até que seja definido pelo Poder Executivo, através de Portaria Interministerial, ou por deliberação do Conselho de Administração da SUFRAMA.

As fls. 144/149 consta a Resolução nr. 245/86, do Conselho de Administração da Suframa, que aprovou o projeto industrial da empresa Murata Amazônia Ind. Com. Ltda. na Zona Franca de Manaus, estabelecendo as condições a serem cumpridas pela mesma, sob pena de cancelamento ou suspensão dos benefícios concedidos com base no Decreto-Lei nr. 288/67 e Decreto-Lei nr. 1435/75.

Dentre estas condições, encontra-se a que se refere aos índices mínimos de nacionalização a ser praticado em relação aos produtos especificados (fl. 147), entre os quais estão os filtros cerâmicos.

Pelos documentos citados, verifica-se que o Conselho de Administração da SUFRAMA aprovou, em 10/86, a produção do filtro cerâmico segundo um determinado processo produtivo que não tem sido cumprido; em 25/3/93, o Decreto nr. 783 estabeleceu o processo produtivo básico do produto "filtro de banda passante", o qual também não está sendo cumprido. O fato de a empresa ter proposto à SUFRAMA, em maio de 93, um outro processo produtivo não exime, efetivamente, sua responsabilidade pela importação irregular constatada pela Anfândega.

Note-se que a SUFRAMA não pode autorizar, através de parecer Técnico de Acompanhamento, o processo produtivo proposto pela empresa, uma vez que a definição do mesmo só pode ser fixada pelo Conselho de Administração da SUFRAMA (DL 288/67, art. 7o., com a redação dada pela LEI nr. 8387/91, art. 1o.,/art. 7o., parágrafo 6o.) ou em Portaria Interministerial (arts. 5o. e 6o. do Decreto 783/93).

Até o momento em que o Auto foi lavrado, não foi fixado em Portaria Ministerial ou em Ato do Conselho Administrativo da SUFRAMA, um outro processo produtivo básico para o produto sob lide, nos termos em que foi proposto pela empresa.

É de se estranhar, inclusive, ter sido informado à Receita Federal, através do ofício nr. 1070/93 GAB.SUP., as razões para a não aplicação da legislação, no caso do produto "filtro de banda passante," bem como a recomendação, pelo técnicos da SUFRAMA, de que fosse comunicado à Inspetoria da receita a anuência provisória (grifo do relator) concedida pela Artarquia ao processo produtivo proposto pela empresa, ..., até que seja definido pelo Poder Executivo, através de portaria Interministerial, ou por deliberação do Conselho de Administração da SUFRAMA (fls. 142).

Surpreende, ainda, o fato de uma firma, instalada desde 1986 (data em que seu projeto industrial foi aprovado por resolução da SUFRAMA) não ter ainda obtido a aprovação do processo produtivo que propôs para o produto "filtro de faixa passante"

Extraordinário, outrossim, que a recorrente não tenha trazido aos autos Break Down em DCR referentes ao citado produto que poderiam provar que o mesmo, efetivamente, apresentava-se não acabado quando da importação.

No que se refere à Decisão da 2a. Vara Federal na ação declaratória, processo nr. 90.105-4, alega a recorrente que a sentença transcrita, independentemente dos produtos, comprova que a empresa tem direito aos incentivos fiscais (DL 288/67) ou seja, aos favores da isenção do II e do IPI, desde que tenha seu projeto aprovado pela SUFRAMA.


Ora, no caso, a SUFRAMA aprovou o projeto industrial de importação da empresa MURATA AMAZONIA IND. COM. LTDA. através da Resolução nr. 245/86, como já citado, estabelecendo uma série de condicionantes a serem cumpridas, sob pena de cancelamento ou suspensão dos benefícios concedidos, inclusive com referência aos índices de nacionalização e lista de insumos (break down) relativos a cada modelo de produto que integra a linha de fabricação da citada empresa.

A recorrente, contudo, não cumpriu a legislação, no que se refere ao processo produtivo básico estabelecido originalmente, como já foi por nó exaustivamente constatado.

Não há, portanto, como se socorrer da Decisão acostada aos autos, referente ao processo nr. 901045-4 2a. Vara Federal.⁷

Por todo exposto, voto no sentido de dar provimento parcial ao recurso, para excluir da exigência o valor referente às multas aplicadas.

Sala das sessões, 04 de dezembro de 1996.


ELIZABETH MARIA VIOLATTO - Relatora